



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

ATA DA SETIMA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Aos vinte e dois(22) dia do mês de Junho (06) do ano de dois mil e vinte (2020), às quinze horas (15h00), através de vídeo conferência pelo endereço eletrônico: <<https://zoom.us/j/95824326323?pwd=THJQVG1nVHFmZHNEK21DT1E2MlpUZz09>> ou com ID: 958 2432 6323 Password: 669023, foi iniciada a sétima Reunião Extraordinária de Trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Dados epidemiológicos; Regulação (Operacionalidade e disponibilidade de leitos); Transparência dos dados financeiros na pandemia; Aprovação das atas. Foi feita a abertura da reunião pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde – Judiciário, com a verificação dos participantes presentes na sala virtual: Sr. **Alcedir Rigelli**, do Hospital São Camilo; Sr. **André Bica**, do Ministério Público Federal (MPF); Sra. **Andrea Lacerda**, do Conselho Regional de Farmácia (CRF); Sra. **Dayane Machado**, SINTRAF/AP; Sra. **Edna Auzier**, da Assembléia Legislativa; Sr. **Eduardo Serra**, do Ministério Público do Trabalho (MPT); Sra. **Eliane Albuquerque**, do PROCON; Sra. **Emília Pimentel**, do Conselho Regional de Enfermagem do Amapá (COREN); Sra. **Gilvana Santos**, da MPE; Sra. **Gisela Cezimbra**, da Secretaria Municipal de Saúde – Macapá (SEMSA); Sr. **Idelfonso Silva**, do Conselho Estadual de Saúde (CES); Sr. **Ilo Souza**, da Justiça Federal; Sra. **Iracilda**, da Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Sra. **Ivana Cei**, Procuradora-Geral do Ministério Público do Amapá; Sra. **Jane Betânia**, Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Autistas do Amapá – AMA-AP; Sr. **Jardel Nunes** – Bancada Federal; Sr. **Jesus Pontes**, Deputado Estadual; Sra. **Joana Leão**, da UNIMED; Sr. **Juan Mendes**, Secretário de Estado da Saúde; Sra. **Larissa Chaves**, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AP); Sr. **Magdiel Ayres**, Ouvidor Geral do município de Macapá; Sra. **Maracy Andrade** - Secretária Adjunta de Enfrentamento ao Covid-19; Sr. **Marcel Menezes**, Secretário de Saúde do Município de Laranjal do Jari; Sra. **Margarete Gomes**, da SVS; Sra. **Maria Cecília**, Secretária Adjunta da Controladoria-Geral do Estado (CGE); Sra. **Marcylene Ribeiro**, da Justiça Federal; Sr. **Mauro Seco**, da Associação Médica Brasileira (AMA); Sra. **Nair Mota Dias**, da Transparência e Controladoria do Município de Macapá; Sr. **Paulinho Ramos**, da Assembleia Legislativa; Sra. **Osená Sfair**, do Conselho Estadual de Saúde; Sr. **Paulo Bezerra**, do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP); Sra. **Sílvia Elena Dias Martuchi**, representante da Universidade Federal do Estado do Amapá



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

(UNIFAP); **Roberto Bauer**, do Ministério da Saúde no Amapá; Sr. **Ronaldo Dantas**, do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); Sr. **Victor Queiroz**, Juiz Federal Substituto; Sr. **Wueber Duarte Penafort**, do Ministério Público do Estado. Após a apresentação da pauta e dos esclarecimentos iniciais pelo Desembargador Carlos Tork, a reunião iniciou-se com a aprovação da ata anterior. Com relação aos dados epidemiológicos, a Sra. Margarete Gomes informou que há uma oscilação nos dados divulgados, inclusive considerando que estão sendo recebidos os resultados dos exames de maio que estavam represados; que Macapá representa o maior número de casos. Destacou que nas últimas semanas, houve uma diminuição no número de óbitos e a taxa de letalidade está em diminuição (iniciou com 3,57 e agora está em 1,64); que o número de casos decorre da alta testagem que a curva de recuperados está em crescente; que, apesar da alta incidência, temos baixa letalidade (quarta colocação geral e a menor taxa na região norte); que o número de pessoas hospitalizadas reduziu; que, mesmo com a abertura, o Estado mantém uma boa taxa de isolamento. A Sra. Sílvia Elena pondera que os dados ainda não são efetivos para afirmar com segurança a queda sustentada dos casos, porque não temos ainda duas semanas de flexibilização (considerando tempo de incubação), mas os dados demonstram uma diminuição. Questionou também se dado específico de letalidade com relação aos dados represados, sendo esclarecido pela expositora que está sendo realizada a apuração desses dados mediante uma realocação dos óbitos. A Gisela Cezimbra ratificou as informações apresentadas e ressaltou que a testagem rápida ajuda com a obtenção de informações fidedignas. No segundo ponto de pauta – regulação – o Sr. Juan Mendes disse que atualmente a taxa de ocupação de leitos em Macapá e Santana está entre 60% e 65%, sendo que na pediatria está com 90% de ocupação. No Laranjal do Jarí alcança 70% e no Oiapoque atualmente reside a maior preocupação. Destacou outra preocupação no tocante à necessidade de ampliação da UTI aérea face à interiorização da pandemia. Afirmou que no momento está sendo possível um acompanhamento diário junto à Prefeitura para evitar transferência com prazo superior a 3h nas UBS's. Em seguida, apresentou algumas ponderações sobre o relatório de auditoria, destacando que algumas melhorias estão sendo realizadas (regulação, treinamento de equipe técnica); que o transporte é realizado pela Secretaria de Saúde e da Secretaria Municipal; que a triagem no Hospital de Emergência (HE) é gerida pelo HE; que os equipamentos do HE foram realocados dentro do próprio HE e não para outros centros COVID. No ponto, o Presidente questionou se o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

material já retornou e ressaltou que não é para ter paciente COVID em HE, sobretudo pela estrutura de suporte ampliada. Em resposta, o Sr. Juan Mendes afirmou que o HE, culturalmente, é porta de entrada, sendo que hoje conta com 4 pacientes COVID, mas comprometeu-se a alterar a situação e informou que a instalação de gases e misturador já foi realizada. Uma mensagem da Sra. Sílvia Elena foi encaminhada no bate papo pelo Sr. Eduardo Serra nos seguintes termos: "Prezados, não consigo me manter conectada à reunião. Já saí e entrei da reunião muitas vezes, e mesmo quando volto a compreensão da fala fica comprometida. Por este motivo, terei que me retirar pois não está sendo profícuo. Solicito que conste em ata. Abraço e boa reunião a tds". Ainda no mesmo tema, a Sra. Maracy informou que o Sr. Alex Coimbra ausentou-se da reunião, porque necessidade do serviço de regulação. E esclareceu que o paciente para ser transferido do HE precisa estar no sistema de regulação e, às vezes, o médico registra a solicitação e quando a regulação devolve o pedido, o médico não complementa informação ou revê a solicitação de maneira que o pedido não retorna para o setor de regulação, impedindo que seja feita a transferência. Entretanto, firmou o compromisso da SESA de contactar os centros de regulação para alertar sobre a necessidade de que o paciente seja inserido no SISREG. Dando prosseguimento à discussão, o Sr. Alcedir destacou que a ocupação de leitos do São Camilo reduziu. Também pontuou que o ideal é otimizar a utilização dos leitos pagos à OS, porque eles estão sendo pagos pelo Estado, liberando a ocupação do Hospital Universitário (HU), sendo acompanhado pelo Presidente. Com a palavra o Sr. Jardel Nunes concordou que, havendo ociosidade de leitos, eles devem ser ocupados e questionou se o protocolo de regulação está em funcionamento ou é senso eletrônico. Em resposta, o Sr. Juan Mendes, considerou que há duas semanas, havia saturação do sistema de saúde; que houve início de abertura do comércio e que a Organização Mundial de Saúde exige a retaguarda hospitalar; que não haverá retirada dos pacientes do HU, mas há recomendação para ocupação dos outros centros COVID, estando suspenso o HU para novas ocupações; que o HU é estabelecimento de contingência e de uso pediátrico, bem como apresentou proposta para priorizar a desocupação do COVID 1 com aumento de 10 leitos no COVID 2. No ponto, o Desembargador Carlos Tork mencionou a necessidade de consultar Procuradoria-Geral do Estado sobre eventual desvio de uso da verba destinada à pandemia, aplicando-a em outras finalidades. E o Sr. Idelfonso Silva sopesou que os recursos repassados pelo Ministério da Saúde são destinados ao custeio e não podem ser revertido para investimento. Pediu a palavra a Deputada Edna



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

Auzier para justificar a sua saída da reunião. Ainda no mesmo tema, a Sra. Osená Sfair afirmou que, com relação à ampliação de leito no COVID 2, deve ser considerado que a maternidade está lotada. Por fim, no que concerne à transparência dos dados financeiros, a Sra. Maria Cecília procedeu à apresentação do portal, demonstrando quais as informações disponíveis e como localizá-las. Na oportunidade, informou que a alimentação das informações é realizada pelo órgão responsável, cabendo à CGE acompanhar se a alimentação é feita e efetuar a cobrança para que seja realizada. Reforçou que, no tocante à transparência, o site está, na parte epidemiológica, classificado na quarta posição e nos dados financeiros alcança a décima quinta posição. Disse que foi acrescentada uma sessão para acompanhamento da taxa de ocupação de leitos por unidade e município. E esclareceu que se determinado dado não foi encontrado é possível acionar a ouvidoria ou o link de acesso à informação. No ponto, o Sr. Idelfonso registrou no bate-papo que "Os dados em números casos dos Municípios não foram atualizados". Com a palavra, o Sr. Paulo Bezerra pontuou que o site é bom, mas ainda está em construção; que há oscilações de dados; que os dados orçamentários carecem de consistência interna, havendo diferença de valores recebidos por transferências federais e valores referentes à abertura de créditos; que as maiores despesas realizadas foram com material de consumo e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. Por fim, destacou a importância da transparência. Ato contínuo o Sr. Idelfonso Silva ponderou que há gastos que não aparecem; que a transparência é pilar do SUS; motivo pelo qual as informações devem ser claras; que há inúmeros pedidos de informações do Conselho Estadual de Saúde não atendidos e sugeriu que fossem incluídas no site as portarias do Ministério da Saúde. Face à instabilidade da internet, o Sr. Jesus Pontes opinou pela continuidade da discussão na próxima reunião. Ainda no tópico, o Sr. Idelfonso registrou no bate-papo: "Solicitamos que o referido plano de trabalho das cirurgias seja enviado e apresentado ao Conselho de Saúde e apresentado ao Conselho Estadual de Saúde". Encerrado o debate, restou definida a pauta da próxima reunião. E, a pedido do Presidente, com anuência do Sr. Victor Queiroz, representante da Justiça Federal, o tema Regimento Interno foi transferido do dia 29/06 para do dia 06 de julho. Após, o Desembargador Carlos Tork finalizou a reunião.

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE

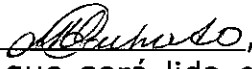


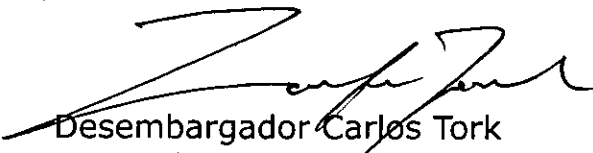
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Designação de reunião extraordinária para o dia 29 de junho com a seguinte pauta: dados epidemiológicos; regulação; transparência dos dados e plano de retorno de cirurgias eletivas.

Redesignação da pauta alteração do Regimento Interno do dia 29/06 para o dia 06 de julho.

Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado , Secretária executiva do CES, lavrei a presente ata que será lida e assinada após aprovação por todos.

  
Desembargador Carlos Tork  
Coordenador do CES-Jus